

## ARQUITETURA ESCOLAR EM MATO GROSSO (1890-1930)

Ângelo Marcos Vieira de Arruda\*

### Resumo

O presente texto concentra-se em analisar a arquitetura e a educação em Mato Grosso, a partir das relações históricas entre a normatização na produção do edifício escolar público no Brasil e como ele passou a existir como produto de um processo histórico, entre 1890 e 1930. A discussão é de como o edifício escolar passou a existir como produto de uma norma educacional; como o edifício se transformou em objeto necessário e importante a contar do final do século XIX, se anteriormente sua presença era simplificada. O texto ainda analisa o comportamento da forma arquitetônica e do espaço construído, o estilo arquitetônico mais usado, os padrões construtivos; a tipologia encontrada; o modelo de implantação do edifício na cidade; o edifício escolar e a sua movimentação no espaço geográfico mato-grossense para entender como se dava a circulação de idéias e analisar os elementos de arquitetura existentes nos edifícios selecionados. O objeto de estudo é a escola pública, servimo-nos do conceito de Saviani. Escola pública para Saviani é aquela organizada e mantida pelo Estado. Por isso utilizei como fonte primária para estudar a difusão no país, os relatórios anuais dos Presidentes dos Estados, que implantaram e mantinham as escolas públicas no Brasil.

**Palavras-chave:** Arquitetura Escolar. História da Educação. Mato Grosso.

No ano de 1895, funcionava em Mato Grosso, de acordo com relatório de Manoel José Murtinho, presidente do Estado enviado à Assembléia Legislativa, três instituições públicas de ensino: o Liceu Cuiabano<sup>1</sup>, a Escola Normal e a Escola Modelo, regidas pelo Decreto n. 10

---

\* Doutor em Educação pela UFMS, arquiteto e urbanista, professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email: angelomv@uol.com.br

<sup>1</sup> O Liceu Cuiabano foi criado no governo do Presidente João José Pedrosa, pela Lei nº 536, de 3 de dezembro de 1879, que lhe deu a denominação de Lyceu de Línguas e Ciências, e o seu regulamento expedido a 4 de março de 1880, aprovado pela Lei 540 de 23 de outubro do mesmo ano, no governo do Barão de Maracajú. Primeiramente foi instalado em um prédio situado no antigo Largo da Matriz, hoje Praça da República local onde está situada a Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos. Posteriormente é transferido para o Palácio da Instrução e, em definitivo, na Praça General Mallet, em edifício construído na interventoria de Júlio Muller, sendo ali instalada em 1946 com o de Colégio Estadual de Mato Grosso. Durante muito tempo o Liceu Cuiabano foi a única instituição oficial de ensino secundário em Mato Grosso, com os cursos de Línguas e Ciências, preparatórios, de humanidades de “Ciências” e Letras. Em 13 de março de 1979, no centenário de sua criação, o governador Cássio Leite de Barros restabelece no Decreto nº 1.750 o nome de Lyceu Cuiabano. Em 1999 o prédio encontrava-se em lastimável estado de conservação. Seus corredores nas laterais do anfiteatro haviam sido transformados em salas de aula, dificultando o acesso e mesmo colocando em risco a vida de alunos e professores, em caso de incêndio. A comunidade escolar, sensibilizada com as condições físicas do edifício, se mobilizou, e o Governo do Estado, em parceria com a Fundação do Banco do Brasil, iniciou a restauração. O Liceu foi totalmente restaurado e o anfiteatro ganhou poltronas estofadas e ar refrigerado. Na inauguração da obra seu nome foi novamente alterado, passando a se chamar: Colégio Estadual Liceu Cuiabano Maria de Arruda Muller, em homenagem a esposa do interventor Júlio Muller, que mandou edificar o prédio. Fonte: O Patrimônio Histórico-Cultural de Mato Grosso: Governo do Estado: Secretaria de Cultura, 2000.

de 7 de novembro de 1891, que regulamentava a instrução pública naquele Estado. Nenhuma delas dedicava-se à educação primária e essas escolas funcionavam em um único prédio no centro de Cuiabá, alugado, adaptado para o funcionamento educacional.

Foram instaladas em um imóvel de esquina (Figura 01) em estilo colonial brasileiro, como era a maioria dos imóveis de Cuiabá nos anos 1879, e somente com a construção do Palácio da Instrução, em 1914, é que foram transferidas para um edifício projetado para a finalidade a que se destina.



Figura 01 – Liceu Cuiabano em 1912

Naquele ano, o quadro da rede escolar no Estado era crítico e, sobre isso, o presidente do Estado comentou no relatório:

Ainda continua a ser um *desideratum* a construção de prédios apropriados para o funcionamento das escolas públicas nesta capital, por onde deve começar o melhoramento; não tendo eu me animado a mandar erigir um só edifício de tal espécie, para o qual, aliás, existe na Diretoria de Obras Públicas, uma **planta modelo** (grifo nosso) já aprovada, atento o elevadíssimo preço atual, quer de materiais, quer de mão de obra; devendo, porém, a administração superior, tão logo melhorem as circunstâncias, levar a efeito a edificação de que trata, pois de uma boa instalação depende a regularidade dos exercícios escolares.

Com a Lei Estadual n. 152 de 16 de abril de 1894, um novo Regulamento da Instrução Pública foi aprovado e instala-se uma nova ordem para a educação, a partir da utilização do método intuitivo como opção pedagógica e isso obrigou o Governo a tomar providências no sentido de adequar o quadro de professores para a educação primária e, com essa decisão, surgiu a intenção, em 1895, de construir um prédio específico para abrigar a Escola Normal, visando à preparação dos professores com essa nova forma de educar.

Em 1899, o Estado de Mato Grosso tinha 62 escolas primárias, das quais 57 eram elementares ou do 1º. Grau e 5 complementares ou do 2º. Grau, conforme a Lei n. 152, de 1894, sendo que, pela lei, o ensino elementar era obrigatório e o complementar facultativo e, com isso, a obrigação de fazer escolas, novas construções ou adaptações de espaços, era uma exigência legal. Essas medidas foram decisivas para que as mudanças começassem. Em 1903 o Liceu Cuiabano foi equiparado ao Ginásio Nacional e a frequência média dos alunos em 1904 foi de 3.828 alunos sendo 2.351 meninos e 1.477 meninas. Mas o problema da falta de bons edifícios continuava no Estado. No Relatório de 1907 o presidente do Estado, Generoso Ponce, diz:

A falta sobremodo sensível de prédios expressamente construídos pelo Estado para todas as escolas desta capital, além de acarretar não pequena despesa com o aluguel de casas particulares, faz com que as mesmas escolas não estejam, em sua maioria, bem localizadas e instaladas nas devidas condições.

Segundo Santos e Sá (2006), foi somente quando Pedro Celestino Corrêa da Costa ascendeu à Presidência do Estado, em função da renúncia de Generoso Ponce, em 12 de outubro de 1908, “que o movimento pedagógico idealizado nos primórdios do período republicano, denominado de “entusiasmo pela educação”, alcançou de fato a Instrução Pública de Mato Grosso”. E assim, com a Reforma Educacional ocorrida em 1910, um novo marco legal na educação mato-grossense, é que de fato começaram as mudanças.

A Lei Estadual n. 508, de 1908, criou os grupos escolares para a capital – 1º. e 2º. Distritos e a de Corumbá e novas escolas primárias em municípios do interior. Entretanto, Oliveira (2009) diz que “os grupos escolares, criados oficialmente pela Lei nº 508, somente se concretizaram a partir de 1910, com o Decreto 265 de 22/10/1910, com a criação da Escola Modelo Barão de Melgaço<sup>2</sup> (Figura 02) e do Grupo Escolar Senador Azeredo<sup>3</sup> (Figuras 03 a

---

<sup>2</sup> No local onde foi construído o Barão de Melgaço, atual Palácio da Instrução, existiu o 21º Batalhão de Infantaria, base das tropas cuiabanas na Retomada de Corumbá, e transferido para o Porto em 1858. A pedra fundamental do belíssimo prédio foi lançada em 15/5/1911, sendo inaugurado em 15/8/1914. Nesse prédio funcionaram os três importantes estabelecimentos de ensino da época: o tradicional Liceu Cuiabano, a Escola Normal de Cuiabá e o Grupo Escolar do Primeiro Distrito da Capital. A Escola Normal de Cuiabá foi criada pela Lei nº 533, de 1910, sendo instalada em 01/2/1911, com o nome oficial de Escola Normal do Estado de Mato Grosso. O Grupo Escolar do Primeiro Distrito da Capital foi instalado em 03/09/1910. Fonte: <http://www.matogrossomemorias.blogspot.com/>, acessado em 17 de setembro de 2009.

<sup>3</sup> Edifício localizado na Rua 13 de Junho esquina com a Rua Senador Metello, na região central. O edifício preserva traços simples e tem fachada enriquecida de balaustres e adornos metálicos. Teve como primeiro diretor o professor Gustavo Kuhlmann. Funcionou como estabelecimento de ensino até em 1975. Depois passou a abrigar a Casa do Artesão. Tombada como patrimônio histórico e artístico do Estado em 1983, o prédio é utilizado para exposição de artesanatos diversos, como indígenas, tecelagem, cerâmica e madeira. A

05), ambos na capital” respectivamente os nomes dados as escolas do 1º. e 2º. distritos.



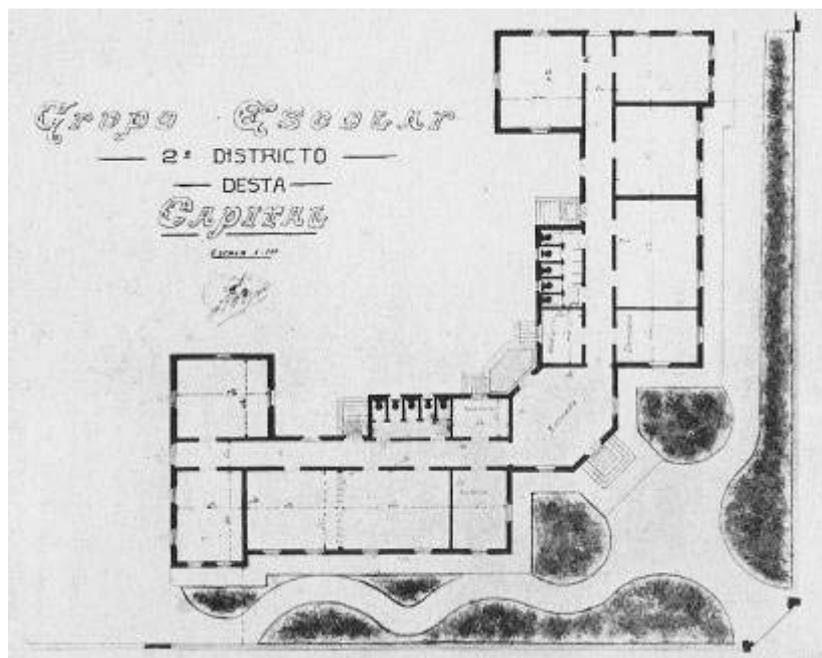
Figura 02 – Foto da obra antigo Grupo Escolar Barão de Melgaço de Cuiabá, em obras.



Figura 03 – Foto do Antigo Grupo Escolar Senador Azeredo de Cuiabá.

---

imagem da figura 56, pertence aos arquivos de Eurípedes Andreatto e foi tirada pelo fotógrafo Chau. Há um negativo no acervo do Misc.Fonte: [www.rdnews.com.br/.../Image/200509-casa.gif](http://www.rdnews.com.br/.../Image/200509-casa.gif) , acessado em 17 de setembro de 2009.

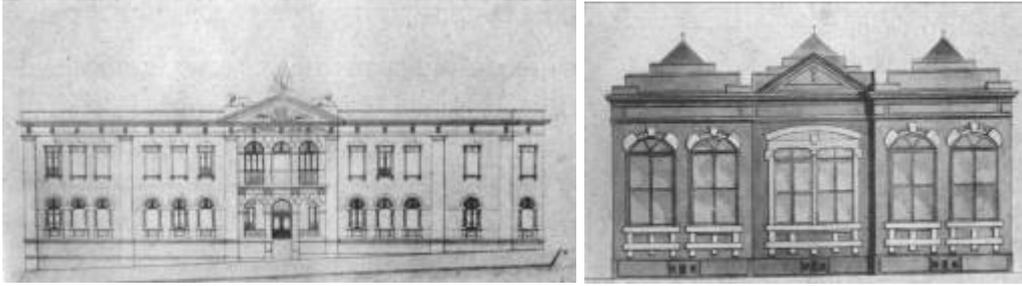


Figuras 04 e 05 – Planta baixa e fachada lateral do Antigo Grupo Escolar Senador Azeredo



No ano de 1912 veio a autorização para instalação dos grupos escolares das cidades de Cáceres, Poconé, Rosário Oeste, no interior e mais um em Cuiabá, o D. Pedro II. Para a região sul do estado, atual território do Estado de Mato Grosso do Sul, foram autorizados os grupos escolares de Corumbá (Figuras 06 a 10) Campo Grande, Aquidauana, Três Lagoas e Ponta Porã. Somados aos dois da capital, totalizavam-se 11 grupos escolares para funcionarem no Estado.

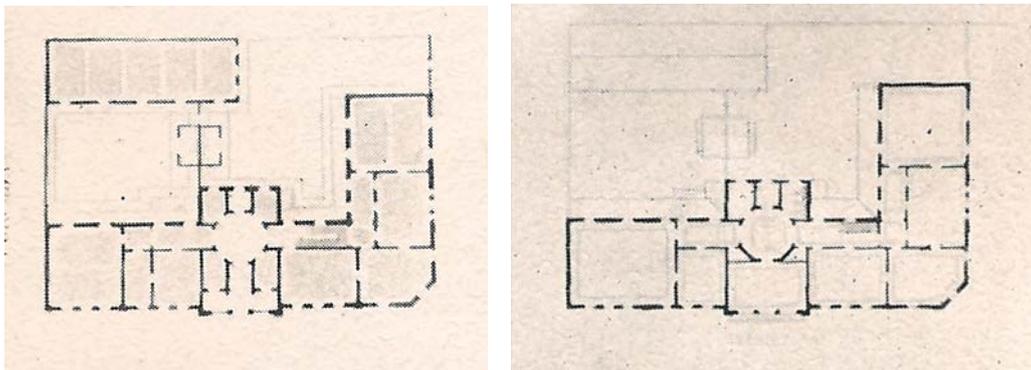
Em decorrência, o primeiro grupo escolar a funcionar no Estado foi inaugurado em 23 de setembro de 1910, em Cuiabá, por meio do Decreto nº. 258, de 20 de agosto, que regulamentou a Lei nº. 508 e conferiu a este tipo de estabelecimento, em caráter provisório, o regulamento e o programa adotados no estado de São Paulo.



Figuras 06 e 07 – Desenho dos Grupos Escolares de Corumbá e Campo Grande



Figura 08 – Grupo Escolar Luis Albuquerque – Corumbá – 1926



Figuras 09 e 10 – Planta baixa do pavimento térreo e superior do GE Luis Albuquerque

Com relação aos dados estatísticos da educação, no Relatório de 1909, Pedro Celestino Correa da Costa, o 1º. vice-presidente do Estado informou que os dados do balanço da Diretoria de Instrução Pública apontavam 85 escolas existentes sendo que umas 70 escolas estavam funcionando, pois havia falta de professores e a frequência escolar não tinha fiscalização e, com isso, a matrícula ficou em 2.678 alunos menor que a do ano anterior, que foi de 4.778 alunos. Informou ainda que, autorizado por lei, instalou nove escolas

elementares em Bela Vista, Coxim, Aquidauana, Bonito, mais duas na capital – uma no porto da barra e outra em São Gonçalo, duas no Rosário – uma na Jangada e outra na Figueira, e uma no Retiro, município de Livramento.

No ano seguinte o mesmo Pedro Celestino confirmou que as mudanças na educação de Mato Grosso eram inspiradas no modelo paulista e referia-se às Leis estaduais n. 503 e n. 533 de 1908 e de 1910. A intenção concretizar-se-ia com a vinda de dois professores de São Paulo – Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, normalistas capacitados na Escola Caetano de Campos daquela cidade. Havia ainda a necessidade de contratar mais professores para as escolas do interior. Naquele ano de 1910 funcionavam 90 escolas: onze na capital, agora reunidas nos dois grupos escolares.

Em Mato Grosso e em diversos Estados, havia um hiato entre o ato legal e a escola em funcionamento: quando o governante afirmava que o grupo escolar foi autorizado por lei, ainda levava algum tempo para que a edificação ficasse pronta, seja ela um prédio novo ou adaptado. Vejamos o que diz o presidente do Estado Joaquim Augusto da Costa Marques no seu relatório de 1912, após ter contratado os professores para escolas de Corumbá, Cáceres e Poconé no interior:

Na cidade de São Luiz de Cáceres, mandei contratar por dois contos e quarenta mil reis anuais e prazo de dois anos, o arrendamento de uma das melhores casas ali existentes, bastante espaçosa e arejada e bem situada, com capacidade para trezentos alunos, até que se possa construir um prédio para esse fim. Em Poconé, a Municipalidade vindo ao encontro dos esforços do governo e das aspirações daquele povo, deliberou ceder, pelo prazo de dois anos e gratuitamente, a casa em que funcionava a Intendência para instalação do grupo escolar. Esta casa, antiga residência do Barão de Poconé, bastante espaçosa, arejada e de situação conveniente, pode comportar até trezentos alunos. Em Corumbá é que ainda não se pode conseguir uma casa apropriada. A que estava destinada pela Beneficência Italiana, a melhor que se encontrou, verificou-se depois não ter as condições necessárias. Pelo que se imediatamente solicitei daquela municipalidade, um terreno convenientemente situado para a construção do grupo e ela, em reunião extraordinária, resolveu desapropriar um dos melhores terrenos que ali se pode encontrar com cinquenta e poucos metros de frente e quarenta de fundos, situado no centro da cidade. Já o governo mandou organizar a planta e abriu concorrência para a construção desse prédio.

No ano de 1913, os dados estatísticos da Diretoria de Instrução Pública informam o funcionamento de cinco grupos escolares e 92 escolas isoladas em todo o Estado e 3.565 alunos matriculados e que, em Nioaque, uma casa espaçosa tinha sido adquirida para instalar ali a escola da vila.

Crescia, nos anos seguintes, a quantidade de escolas isoladas, enquanto o número de

grupos escolares permanecia cinco – dois na capital e um em Rosário, Poconé e Cáceres, em casas alugadas pois os prédios próprios ainda não tinham sequer começadas as obras. Do total de 101 escolas públicas em 1914, matricularam-se perto de 4 mil alunos, segundo os relatórios daquele ano. A instrução secundária continuava com a Escola Normal e o Liceu Cuiabano.

No ano de 1914, foi solenemente inaugurado o Grupo Escolar Barão de Melgaço que passou a abrigar a Escola Normal, a Escola Modelo<sup>4</sup> e o Liceu Cuiabano, todos funcionando no mesmo espaço em horários diferentes, juntamente com as salas de aula do ensino primário. Era um prédio de arquitetura neoclássica (Figura 11), projetado pelos engenheiros da Secretaria de Obras do Mato Grosso, inspirado na arquitetura dos prédios projetados por Ramos de Azevedo em São Paulo, para as escolas normais. Ocupava um terreno de 5.000 m<sup>2</sup> no centro de Cuiabá (Figuras 12 e 14), defronte ao prédio da catedral, ao lado de importantes edifícios e a poucos metros da Praça Alencastro. A planta era diferente, pois apresentava dois pátios fechados, dois pavimentos com porão e uma estrutura em pedra canga, típica da região (Figura 13).

---

<sup>4</sup> A Escola Modelo “Barão de Melgaço” foi uma instituição de ensino primário que serviu de “oficina pedagógica” para os alunos da Escola Normal, além de ser o espelho para as demais escolas primárias do Estado. Algumas normas administrativas e pedagógicas foram criadas a fim de regulamentar essa instituição de ensino, que representava a inovação pedagógica e tinha como dupla função: lecionar as primeiras letras aos alunos do ensino primário e destinar-se a prática pedagógica obrigatória dos alunos do 2º e 3º anos normais. A Escola Modelo era composta de dez classes e funcionava inicialmente em regime de cinco anos; compreendia o curso elementar (4 anos) e o complementar (1 ano); e era dividido em seções masculina e feminina, cabendo às mulheres lecionar somente para as primeiras séries do ensino primário. Só a partir de 1922 é que essa instituição passou a ter a mesma estrutura do Grupo Escolar, com a redução do seu curso para quatro anos. Reis, Rosinete. A história dos Grupos Escolares em Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Rosinete%20Maria%20dos%20Reis%20-%20Texto.pdf>>.



Figura 11 – Palácio da Instrução em 1929



Figuras 12 e 13 – Implantação do edifício no quarteirão e detalhes da construção



Figura 14 - Vista aérea do edifício escolar. Ao lado a Igreja Matriz de Cuiabá

No ano de 1919, o quadro da rede física de Mato Grosso, no que tange aos grupos escolares, continuava a mesma, com apenas cinco deles em funcionamento e o Relatório do Bispo Dom Aquino Correa, presidente do Estado, à Assembléia Legislativa, dava conta que

estavam em fase adiantada as obras dos grupos escolares de Três Lagoas e de Corumbá e ainda dizia que lançou as obras dos grupos de Aquidauana – que somente fica finalizado em 1934, e de Campo Grande que se inaugura em 1923.

As estatísticas informavam que naquele ano havia 148 escolas isoladas sendo 31 do sexo masculino, 27 do sexo feminino e outras 90 mistas e que a matrícula nos 5 grupos escolares era de 1001 alunos enquanto nas escolas isoladas era de 4.633. Ainda existiam escolas municipais sendo uma em Cuiabá, três em Corumbá, três em Campo Grande, uma em Três Lagoas, duas em Bela Vista e uma em Ponta Porã, com aproximadamente 500 alunos matriculados que somados aos alunos de escolas particulares, as matrículas em 1919 chegava a 9.509 alunos, número bem acima dos 4 mil alunos encontrados cinco anos antes.

Cinco anos depois, já funcionavam 150 escolas sendo 29 do sexo masculino, 29 do sexo feminino e 92 escolas mistas, distribuídas conforme a Tabela 6. Os 10 municípios da região norte do Estado, concentravam 19 escolas o sexo masculino, 18 do sexo feminino e outras 63 mistas, totalizando 100 escolas. Na região sul, os dados apontavam 50 escolas sendo 08 do sexo masculino, nove do sexo feminino e 33 escolas mistas.

TABELA 1

**ESCOLAS PÚBLICAS EM MATO GROSSO – 1924**

ITEM	MUNICÍPIOS	ESCOLAS MASC	ESCOLAS FEM	ESCOLAS MISTAS	TOTAL
1	CUIABA – Capital	8	9	20	37
2	Santo Antônio do Rio Abaixo	2	1	12	15
3	Rosário –Oeste	-	-	12	12
4	Poconé	2	3	5	10
5	Registro do Araguaya	1	1	1	3
6	Diamantino	1	1	5	7
7	Livramento	2	1	2	5
8	Santo Antônio do Rio Madeira	1	1	4	6
9	Matto Grosso	2	1	1	4
10	São Luiz de Cáceres	-	-	1	1
<u>11</u>	<u>Coxim</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>8</u>
<u>12</u>	<u>Corumbá</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>6</u>
<u>13</u>	<u>Campo Grande</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>4</u>	<u>6</u>
<u>14</u>	<u>Ponta Porã</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3</u>	<u>5</u>
<u>15</u>	<u>Bela Vista</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>4</u>

<u>16</u>	<u>Aquidauana</u>	=	=	<u>3</u>	<u>3</u>
<u>17</u>	<u>Porto Murtinho</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3</u>
<u>18</u>	<u>Nioaque</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3</u>
<u>19</u>	<u>Três Lagoas</u>	=	=	<u>2</u>	<u>2</u>
<u>20</u>	<u>Santana do Paranaíba</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	=	<u>2</u>
<u>21</u>	<u>Miranda</u>	=	=	<u>1</u>	<u>1</u>
TOTAL		29	29	92	150

Fonte: Relatório do 1. vice governador de Mato Grosso, Estevão Alves Correa, à Assembléia Legislativa em 1925

Elaboração: Ângelo Marcos Arruda

obs: Municípios com grifo são os localizados no território do sul de Mato Grosso e que, a contar de 1979, passaram a pertencer ao território do Estado de Mato Grosso do Sul.

No ano de 1924, foram provisoriamente inaugurados os grupos escolares de Aquidauana e de Corumbá em 10 de março, embora somente em 13 de junho tenham entrando em funcionamento e o de Miranda em 14 de julho e pelo Decreto n. 669, de 5 de junho, esses e outros estabelecimentos de ensino, recebem denominação identificando-os com nomes de pessoas do interesse da história e da política do Estado, ficando assim conhecidos:

- a) a Escola Modelo de Cuiabá, denomina-se Escola Modelo “Barão de Melgaço e continua anexa à Escola Normal;
- b) Grupo Escolar Esperidião Marques, em São Luiz de Cáceres (Figura 15);



Figura 15 – Grupo Escolar de Cáceres

- c) Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, em Corumbá (Figura 16);

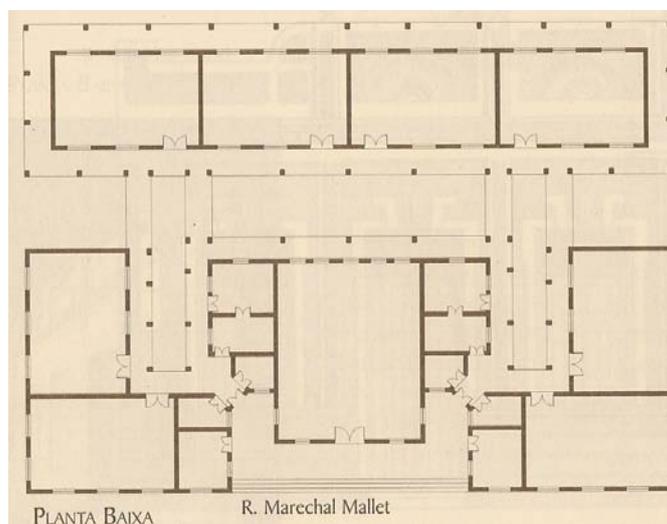


Figura 16 – Grupo Escolar de Corumbá

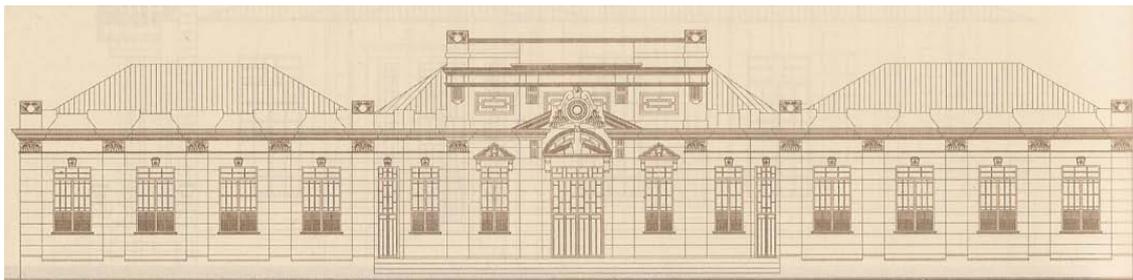
- d) Grupo Escolar Caetano de Pinto, em Miranda;
- e) Grupo Escolar Antônio Corrêa, em Aquidauana (Figuras 17 a 19);



Figura 17 – Vista frontal do edifício em Aquidauana



Figuras 18 e 19 – Planta baixa e desenho da fachada frontal



f) Grupo Escolar Afonso Pena em Três Lagoas.

No ano de 1929, a Instrução Pública no Estado de Mato Grosso apresentava 175 escolas isoladas – sendo 32 urbanas, 130 rurais e 13 escolas ambulantes; quatro escolas reunidas – em Livramento, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santana de Paranaíba e Bela Vista e 11 grupos escolares, sendo os dois de Cuiabá e nos municípios de Rosário Doeste, Poconé, Cáceres, Corumbá, Aquidauana, Miranda, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã com um total de 3.319 matriculas somente nestes estabelecimentos, sendo os grupos escolares de Cuiabá, Campo Grande e Corumbá, os mais frequentados, com 1.423, 480 e 304 alunos, respectivamente.

O relatório ainda informava que foi instalada a Escola Normal de Campo Grande no Grupo Escolar Joaquim Murтинho e as escolas secundárias agora somavam três unidades, com o Liceu Cuiabano e a Escola Normal da Capital; o edifício do Grupo Escolar do 1. Distrito tinha passado a denominar-se Palácio da Instrução e o Grupo Escolar de Ponta Porã denominava-se “Mendes Gonçalves”.

### O Grupo Escolar Joaquim Murтинho de Campo Grande: uma análise arquitetônica

O Regulamento da Instrução Primária de Mato Grosso de 1911 foi a norma pública que assegurou o ensino leigo, gratuito e obrigatório para as crianças de sete aos dez anos de idade, e determinou que as escolas deveriam ser divididas em dois graus e criadas em todas as cidades, vilas e povoados do Estado. O Regulamento, identificado com o Decreto 248 de 1894 de São Paulo, criava o grupo escolar, composto pela reunião de seis escolas primárias de um distrito, funcionando em um só prédio. Como regra, as aulas funcionariam num único turno, com duração de cinco horas diárias. O programa de necessidades previa oito classes, sendo quatro para meninos e quatro para meninas, sendo que cada classe deveria ter entre 16 e

45 alunos e as escolas deveriam estar localizadas no perímetro fixado para obrigatoriedade de ensino.

De acordo com o Relatório do governador de Mato Grosso, Joaquim da Costa Marques, a criação de grupos escolares foi autorizada em 1910 para os grupos escolares do Primeiro e do Segundo Distritos de Cuiabá. Dois anos depois os grupos escolares de Cáceres, de Poconé e de Rosário Oeste e D. Pedro II em Cuiabá. Para o sul do Estado, autorizava o Grupo Escolar de Corumbá, de Campo Grande, além dos grupos escolares de Aquidauana, Três Lagoas e de Ponta Porã, também em 1912.

O Grupo Escolar de Campo Grande começou a funcionar em 1914, inicialmente, em uma casa alugada na Avenida Afonso Pena, no terreno onde atualmente se situa o Quartel General, entre as Ruas Rui Barbosa e 13 de Maio. Foi transferido, definitivamente, para seu prédio, em 18 de julho de 1923, na mesma Avenida Afonso Pena, parte de um terreno militar cedido para o Estado. Em 1930, transformou-se em escola modelo e pelo Decreto nº. 669, de 5 de junho de 1924, seu nome foi alterado para “Joaquim Murtinho”

Em 1973, ocorre a integração do Grupo Escolar “Joaquim Murtinho” e da Escola Normal instituída nos anos 1940, que funcionava no mesmo prédio em horários diferentes, determinada pelo Decreto Estadual nº. 1517 de 18 de junho do mesmo ano, implantando-se a Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Joaquim Murtinho”. No ano seguinte, em 1974, o prédio foi demolido para a construção de um novo edifício, em estilo de arquitetura moderna, projetado pelos arquitetos Nilson Azevedo e Gustavo Arruda contendo três pavimentos sob pilotis com 21 salas de aula, atualmente funcionando com essa tipologia.

Para Oliveira (2009), apesar de Mato Grosso não ter tido o mesmo nível de desenvolvimento econômico dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, de acordo com os recursos financeiros disponíveis, a edificação de grupos escolares esteve presente no processo de modernização do estado. No entanto, ela ainda afirma que:

... a implantação dos grupos escolares, como forma de organização da educação escolar primária pública, nas primeiras décadas do século XX, vinculada à expectativa de progresso e desenvolvimento econômico do estado, foi lenta e somente nas cidades que mais prosperaram economicamente, como é o caso de Campo Grande e de Corumbá, localizadas no sul do estado. Isso, de certo modo, se explica pelo fato de que: Naquelas regiões brasileiras em que acumulação de capital se iniciava, embora de modo incipiente, como no caso de São Paulo, as inovações aos poucos iam encontrando suporte sócio-econômico para se concretizar. As outras regiões fechavam-se dentro de seu próprio atraso, marginalizando-se pelo processo de modernização.

O Colégio Joaquim Murtinho (Figura 20) marcou uma época em Campo Grande com seu edifício em estilo eclético, projetado pelo arquiteto italiano Camillo Boni<sup>5</sup> e construído pelo construtor português José Luiz Louzinha.



Figura 20 – Antiga Fachada do Joaquim Murtinho

Com o passar dos anos foi sendo ampliado, criando anexos educacionais. No edifício instala-se o Liceu Campo-grandense, precursor do atual Colégio Maria Constança de Barros Machado.

### Análise Histórica e Arquitetônica

O estilo arquitetônico que o edifício do Grupo Escolar Joaquim Murtinho apresentava em 1923 (Figuras 21 e 22) já era de um ecletismo tardio para o eixo Rio- São Paulo, embora seja o estilo predominante dos grupos escolares nesse período em diversas cidades do país e com uma tipologia também dominante para um edifício de apenas um pavimento.

---

<sup>5</sup> Camillo Boni (1889-1974) era italiano de Modena e fez Arquitetura no Reggio Instituto Jacopo Barozzi. Veio para São Paulo em 1918 e chegou a Campo Grande no ano seguinte. Fez os primeiros contatos com a Missão Salesiana, para quem desenvolveu inúmeros trabalhos de projeto. Em 1921 assumiu a função de engenheiro municipal e modernizou a cidade com suas obras de urbanização. Na cidade fez diversas obras como a Sociedade Pestalozzi, o Hospital da Santa Casa, o Seminário Salesiano, Loja Maçônica Grande Oriente e diversas residências urbanas. Nos anos 1960 assume importante função no Sesc/Senac tornando-se diretor até o fim de sua vida. Ver Arruda (2003).



Figura 21 – Antiga sede do Ginásio Dom Bosco em Campo Grande – 1922



Figura 22 – Antigo Colégio Osvaldo Cruz – 1921

Implantado em terreno de meio de quadra, na Avenida Afonso Pena entre as Ruas Pedro Celestino e Rui Barbosa, o edifício obedeceu às condições impostas pelo terreno de formato retangular para iniciar a sua composição, embora a utilização da planta em forma de “U” (Figura 23) tenha sido parte da estratégia de projeção de edifícios escolares no Brasil.

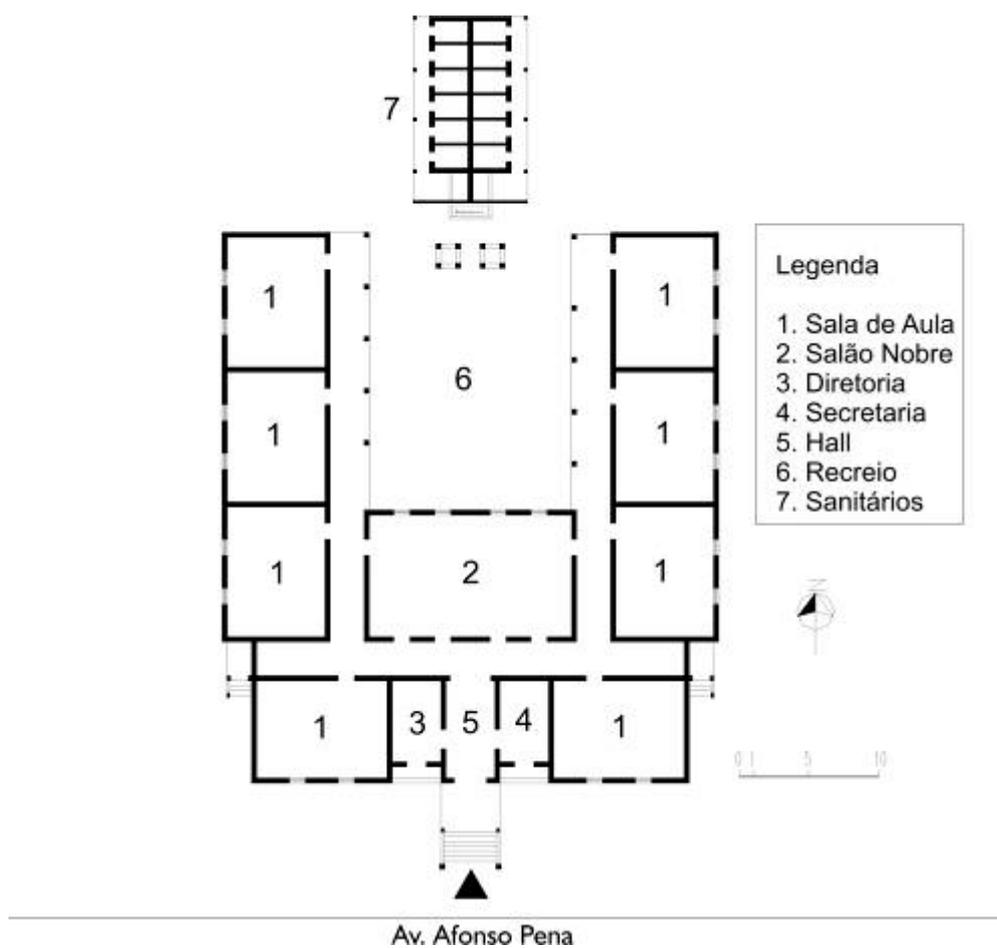


Figura 23 – Planta baixa original

O terreno tinha as dimensões de 90,00 x 77,00, com área de 6.930,00m<sup>2</sup>, entretanto, naqueles anos de 1920, a urbanização da cidade de Campo Grande não estava acontecendo na direção leste da Avenida Afonso Pena e sim, na direção norte, com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1914. Assim, o sentido do desenvolvimento urbano para a escolha da localização do terreno tenha observado outros critérios.

O prédio do Grupo Escolar quando ele funcionou entre 1914 e 1923 estava na mesma avenida, umas 2 quadras abaixo, em área de excelente urbanização por conta das proximidades com a Praça Ari Coelho e do Hotel Globo, localizado na esquina da Avenida Afonso Pena com a Rua 13 de Maio que atraía grande movimentação de pessoas. O grupo escolar situava-se nessa quadra.

Com a decisão em 1922 de erguer na cidade todo o complexo militar para fazer de Campo Grande uma base do exército brasileiro, ficou decidido erguer o Quartel General da 22<sup>a</sup> CSM, no terreno do Município onde estava o prédio ocupado pelo Grupo Escolar de Campo Grande e, assim, uma área militar localizada um pouco acima foi permutada. Com essa decisão, o futuro Grupo Escolar Joaquim Murtinho desloca-se, sem preocupações com a

visibilidade do prédio naquele ano de 1923, quando foi inaugurado (Figura 24).

O prédio tinha como maior elemento arquitetônico a sua entrada com a escadaria frontal e outras duas laterais e seus ornamentos de fachada. O edifício foi implantado um pouco recuado do alinhamento predial, uns cinco metros o que permitiu a confecção de um muro de 1,20m de altura, para proteção do edifício em relação à rua e com elementos de balaustres que davam uma idéia de vazado em alguns trechos do muro.



Figura 24 – Vista da fachada frontal

A escada frontal (Figura 36) conduzia os visitantes a um pequeno hall onde estavam localizados, na lateral, os espaços administrativos – secretaria e diretoria, uma de cada lado. No mesmo alinhamento frontal, duas amplas sala de aula. Na frente do hall em direção ao pátio central, um espaço de múltiplo uso, o salão nobre, com 100,00m<sup>2</sup> de área.

O acesso dos alunos, separados por sexo, dava-se pela lateral do edifício, por uma pequena escada que conduzia a um corredor que acessava as salas de aula, em total de 6 salas de aula com 48m<sup>2</sup>, inicialmente. Logo foi ampliada para 8 salas.

O pátio (Figura 38) era a garantia da separação das crianças, pois como meninas e meninos ficavam cada um em espaços definidos – na lateral esquerda e direita do prédio, o pátio era a articulação que fazia essa separação e junção, ao mesmo tempo. Nos fundos do prédio, os sanitários para os dois sexos e para os funcionários, todos juntos.

Diversas obras de ampliação foram feitas no prédio, aproveitando a planta em “U” (Figura 25) e, assim, novos espaços foram construídos em direção aos fundos, para abrigar, segundo os relatórios da escola, novas salas e laboratórios, isso já nos anos 1940 em diante.



Figura 25 – Localização do Grupo Escolar em detalhe da planta urbana de 1969: edifício com pátio

A composição arquitetônica usada na planta baixa demonstrava controle projetivo com a adoção da simetria a partir de um eixo regulador central, verificador da organização dos espaços internos. As salas de aula repartem a composição que também serviram para as ampliações e novos espaços futuros. A planta simétrica sempre dá essa condição de ampliação, em todos os prédios de apenas um pavimento.

As salas de aula possuíam formato retangular, de aproximadamente 8,00 x 6,00m com duas janelas posicionadas embora a insolação tenha prejudicado as salas. Em planta elas foram construídas no sentido leste-oeste, onde as salas da lateral direita ficaram com o sol da manhã, exigindo alguma proteção e as salas da lateral esquerda foram ensolaradas sempre no período da tarde, com sol forte. Essa condição de planta e de insolação deve ter prejudicado, bastante, as atividades educacionais diurnas e vespertinas.

Os elementos de arquitetura presentes no edifício e que serviram para a sua identificação pelos cidadãos, estão presentes na fachada frontal.

O croqui original de Camillo Boni para o projeto (Figura 26) demonstrava a sua intenção em criar quatro colunatas na fachada frontal, na posição do acesso principal e frontal. Esse detalhe não foi executado totalmente, confrontando com a foto de 1930, na qual apenas duas colunas apoiando a marquise foram construídas.

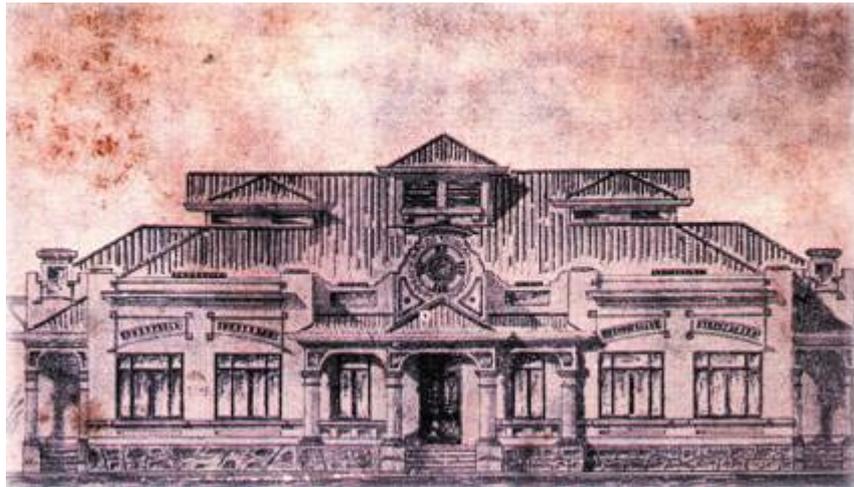


Figura 26 – Desenho em croqui de Camillo Boni

Já a platibanda e os detalhes sobre as janelas frontais, ornamentos e frisos foram executados bem como o frontão em cima da porta principal, que originalmente estava aplicado o nome do edifício em argamassa com pintura.

No mesmo croqui podemos observar que o projetista pensou uma parte do edifício com mais um pavimento, provavelmente a sala de múltiplo uso, localizada em posição de destaque na planta ou então que o pé-direito era bastante alto e uma clarabóia de iluminação e de ventilação foi projetada.

## SCHOOL ARCHITECTURE IN MATO GROSSO (1890-1930)

### Abstract

This paper focuses on analyzing the architecture and education in Mato Grosso, from the historical relationship between the standardization in the production of public school building in Brazil and how it came into existence as the product of a historical process, between 1890 and 1930. The discussion is how the school building came into existence as the product of an educational standard, as the building became necessary and important object of the end of the nineteenth century, where previously their presence was simplified. The text also analyzes the behavior of architectural form and space built, the architectural style most often used, standards of construction, the type found, the deployment model of the building in the city, the school building and its movement in geographic space for Mato Grosso understand how was the circulation of ideas and analyze the architectural elements present in selected buildings. The study object is the public school, we used the concept of Saviani. Public school for Saviani is that organized and maintained by the State. Therefore used as a primary source for studying the diffusion in the country, the annual reports of the Presidents of the States, who established and maintained public schools in Brazil.

**Keywords:** School Architecture. History of Education. Mato Grosso.

## Referências

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da Instrução Pública no Brasil, 1500 a 1889*. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.
- ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. Campo Grande: Editora UFMS, 1996.
- ALVES, Gilberto Luiz. Nacional e Regional na história educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses. In: *Educação no Brasil da SBHE*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- ANUÁRIO DE MATO GROSSO DE 1930. Corumbá: Ed. Alexandre A. de Castro, 1932.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. A arquitetura e o Urbanismo de Campo Grande. *Revista Ensaios e Ciências*. Campo Grande, UNIDERP, 1999, v., n.03, pp.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de (org.). *Arquitetura em Campo Grande*. Campo Grande: Uniderp, 1999.
- AYALA, S. Cardoso. SIMON, F. *Álbum Gráfico de Mato Grosso*. Corumbá: Hamburgo. 1914.
- BRASIL. Relatórios dos Presidentes das Províncias (1830-1930). Rio de Janeiro. Disponível em: Documentos do Governo Brasileiro. <www.crl.edu>.
- BRASIL. Relatórios Ministeriais (1821-1960). Rio de Janeiro. Disponível em: ESTADO DE MATO GROSSO. O Patrimônio Histórico-Cultural de Mato Grosso. Governo do Estado: Secretaria de Cultura, 2000.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Assembléia Legislativa de MS, 1991.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista/SP: Editora da Universidade São Francisco, 2003.
- ESSELIN, Paulo Marcos. *A Gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso- 1536/1778*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.
- FREIRE, Elizabeth Madureira. COSTA, Lourenço Alves. CARVALHO, Cathia Maria Coelho. *O processo histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: UFMT, 1990.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul: História dos Municípios*. Campo Grande: IHG/MS, 1992, Volume 1 Rio Brillhante, Maracaju, Ponta Porá, Antônio João, Bela Vista, Jardim, Guia Lopes e Nioaque.
- LOMBARDI, José Claudinei et al. *A escola pública no Brasil: história e historiografia*. Campinas/SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa. *Trilogia do Patrimônio Histórico e Cultural Sul-Mato-Grossense*: Tomos I, II e III. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

Misc. Disponível em: <[www.rdnews.com.br/.../Image/200509-casa.gif](http://www.rdnews.com.br/.../Image/200509-casa.gif)>. Acesso em: 17 set. 2009.

O Grupo Escolar do Primeiro Distrito da Capital foi instalado em 03/09/1910. Disponível em: <<http://www.matogrossomemorias.blogspot.com>>. Acesso em: 17 set. 2009.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910 -1930). In: *Albuquerque*, revista de História, Campo Grande, MS, jan./jun. de 2009, v. 1, n. 1, p. 105-129.

REIS, Rosinete. A história dos Grupos Escolares em Mato Grosso. Acesso em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Rosinete%20Maria%20dos%20Reis%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em:

SANTOS, Edmar Joaquim dos Santos e SÁ, Nicanor Palhares. *Da eugenia à ginástica: do século XIX à reforma educacional de 1910 em Mato Grosso*. In: *Instantes e Memória na História da Educação*. Cuiabá: INEP/ EDUFMT, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval *et. al.* *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

**Recebido em:** abril de 2011  
**Aprovado em:** maio de 2011